

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

FRUTOS SOBRE A MESA: POLÍTICAS PÚBLICAS, CADERNETAS AGROECOLÓGICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR

Andréia Anschau

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9765>

Submetido em: 2024-09-07

Postado em: 2024-09-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

FRUTOS SOBRE A MESA: POLÍTICAS PÚBLICAS, CADERNETAS AGROECOLÓGICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR

ANDRÉIA ANSCHAU

<https://orcid.org/0000-0002-1979-5718>

[<andrea.anschau@ufrgs.br>](mailto:andrea.anschau@ufrgs.br)

UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO: O Brasil está de volta ao mapa da fome. De acordo com dados da Rede PENSSAN (2022), 55,2% dos brasileiros estão em algum grau de insegurança alimentar. Dentre eles, 19 milhões de pessoas estão passando fome. As principais causas apontadas são a pandemia e o desmonte de políticas públicas.

A relação entre gênero e insegurança alimentar é destacada pela FAO (2022). Segundo o órgão, essa lacuna cresceu em 2020, influenciada pela pandemia de Covid-19 e aumentou ainda mais em 2021. Neste ano, 31,9% das mulheres estavam em insegurança alimentar moderada ou grave, ao passo que 27,6% dos homens estavam na mesma situação (FAO, 2022).

A agroecologia assume um papel de resistência em tudo isso, pois ela viabiliza o colher e o pescar para comer, a alimentação voltada ao local. Assim, neste artigo propomos discutir como a remodelação de políticas públicas voltadas à produção de alimentos impacta os índices de insegurança alimentar entre as mulheres do campo.

Palavras-chave: insegurança alimentar, políticas públicas, mulheres, agroecologia, desenvolvimento rural.

FRUITS ON THE TABLE: PUBLIC POLICIES, CADERNETAS AGROECOLÓGICAS AND FOOD SECURITY

ABSTRACT: Brazil is back on the hunger map. According to data from Rede PENSSAN (2022, 55.2% of Brazilians are experiencing some degree of food insecurity. Among them, 19 million people are suffering from hunger. The main causes cited are the Covid-19 pandemic and the dismantling of public policies.

The relationship between gender and food insecurity is highlighted by FAO (2022). According to the agency, this gap grew in 2020, influenced by the Covid-19 pandemic and increased even further in 2021. This year, 31.9% of women were in moderate or severe food insecurity, while 27.6% of men were in the same situation (FAO, 2022).

Agroecology plays a role of resistance in all of this, as it makes it possible to harvest and fish to eat, local food. Therefore, in this article we propose to discuss how the remodeling of public policies aimed at food production impacts the rates of food insecurity among rural women.

Keywords: food insecurity, public policies, women, agroecology, rural development.

INTRODUÇÃO

[...] Hoje eu tenho orgulho de dizer que sou agricultora, feminista, que quero morar na minha comunidade, quero permanecer aqui. Eu sempre falava, nas audiências públicas, que não fui ensinada a comer aquilo que vai ser exportado para os porcos. Eu fui ensinada a tomar açaí, a comer camarão, a comer peixe. É isso que eu ensinei para minhas filhas também. E é por isso que vou lutar, pela

permanência no meu território, pela permanência na minha comunidade, porque eu devo isso não só aos meus ancestrais, mas também às futuras gerações.

Esse relato de Daniela Silva, presente no livro *Territórios: resistências, direitos e bem viver* (2020, p. 23), é significativo porque traduz a importância da soberania alimentar e do direito à alimentação saudável e de qualidade. Mostra também que esse direito está, há muito tempo, ameaçado a ponto de termos que lutar a fim de garanti-lo.

O Brasil voltou a ser um país que passa fome. Esse tema é, novamente, destaque em jornais e conversas cotidianas – a venda de ossos (de primeira e de segunda¹) passou a ser corriqueira no Brasil. E não podia ser diferente: segundo estimativas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2023), o Brasil passou de 18,3% da população em situação de insegurança alimentar moderada ou grave entre os anos de 2014 a 2016 para 32,8% dos residentes na mesma situação entre 2020 e 2022.

A Carta de Conjuntura divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em janeiro de 2023 indica que a categoria alimentação e bebidas é responsável por quase metade da inflação acumulada de 2022. É importante ressaltar, ainda, que o peso desse grupo no orçamento doméstico aumenta à medida que a renda diminui. Ou seja, quanto menor a renda, maior o impacto da alteração de preços nos alimentos.

Voltar a falar sobre a fome, nessas condições, é desastroso. Isso porque o caminho para combatê-la é conhecido – já foi trilhado – e o único desafio era garantir que as ações realizadas para a superação dessa questão seguissem presentes. Contudo, seja por uma mudança no foco das políticas públicas voltadas à produção e à distribuição de alimentos, seja pelo impacto da Covid-19, pela alta da inflação ou do que mais puder explicar, a insegurança alimentar voltou a assombrar o Brasil.

Galindo *et al.* (2021) afirmam que a insegurança alimentar durante a pandemia, seja por consequência dela ou do rearranjo de políticas públicas, tem recaído em maior grau sobre mulheres, pessoas de cor preta ou parda, moradores das regiões Norte e Nordeste, de áreas rurais, domicílios

¹ Reportagem da Folha de São Paulo de novembro de 2021 destaca a venda de ossos em açougues de Fortaleza/CE. Item que antes era doado, hoje é separado em categorias, e o ‘osso de primeira’, que contém resquícios de carne e gordura, chega a custar R\$ 24,99 o quilo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/ossos-de-primeira-e-de-segunda-sao-vendidos-em-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

com crianças e com menor renda per capita. Sousa *et al.* (2019) também identificaram o ser mulher como fator de risco para situações de insegurança alimentar e nutricional.

O relatório “El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022” divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2022) converge com Galindo *et al.* (2021) e Sousa *et al.* (2019) ao apontar a relação entre gênero e insegurança alimentar. Essa lacuna cresceu em 2020, influenciada pela pandemia de Covid-19 e aumentou ainda mais em 2021. Neste ano, 31,9% das mulheres estavam em insegurança alimentar moderada ou grave, ao passo que 27,6% dos homens estavam na mesma situação (FAO, 2022).

Sabe-se que a agroecologia vem sofrendo reveses mais diretos, como a extinção de políticas voltadas ao desenvolvimento territorial, o fim de núcleos de agroecologia, a reestruturação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a redução de programas de extensão rural (Pompeia, Schneider, 2021; Niederle *et al.*, 2019). Somado a isso, o desmonte de políticas públicas voltadas à alimentação e ao desenvolvimento rural – como a desarticulação do PAA e do PNAE – têm impacto significativo sobre a renda das produtoras agroecológicas.

O fazer agricultura ancorado no agronegócio, no latifúndio, na baixa diversidade de cultivos e no uso intensivo dos recursos naturais, tem trazido resultados negativos sobre o território, os solos e as águas. A extensa bibliografia sobre desenvolvimento rural converge na promoção da agroecologia como base para um sistema alimentar sustentável, pautado na conexão entre produção e consumo, nos circuitos curtos de comercialização expressos no contato – com frequência, direto – entre agricultores e consumidores, a recentralização da produção rural enquanto comida e não *commodity* (Grisa, Porto, 2023; Pompeia, Schneider, 2021; Grisa, Schneider, Vasconcellos, 2020; Sonnino, 2019).

É nesta esfera que enfatiza-se a importância da agroecologia, da soberania alimentar, da sustentabilidade e do ser mulher – principalmente, aqui, no que diz respeito ao cuidar do próximo e do espaço. A agroecologia é o caminho para a mitigação dos efeitos do aquecimento global e a mulher acaba por carregar, não por querer ou por heroísmo, mas, em uma análise que remete à Shiva (1988), o peso de manter a Terra habitável (Anschau, 2020). Talvez porque, como apontou a Conferência da Organizações das Nações Unidas (ONU) para Mudanças Climáticas (COP-26), as mulheres serão as mais atingidas pelo aquecimento global, tal qual são as mais afetadas quando há desmonte de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local (ONU, 2021).

Nessa lacuna é que a presente pesquisa encontra espaço. As mulheres, principalmente as não brancas de países do sul global, carregam o peso do bem-estar social por meio do trabalho de cuidados não pago e tendem a ser as mais vulneráveis a alterações no rumo de políticas públicas, estruturas sociais e até rearranjos domésticos. Ainda assim, estão mais suscetíveis à insegurança alimentar. Desta forma, a questão central que orienta esta pesquisa fundamenta-se na seguinte pergunta: como a remodelação de políticas públicas voltadas à produção de alimentos impacta os índices de insegurança alimentar entre as mulheres do campo?

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR

Como resultado de um conjunto bem-sucedido de políticas públicas orientadas ao combate à insegurança alimentar, o país saiu do Mapa da Fome em 2014. O pilar dessa estratégia, fruto de uma expressiva mobilização social, foi o Programa Fome Zero. Seu foco era a vinculação entre o fortalecimento da agricultura familiar por meio de compras institucionais e o direito humano à alimentação saudável e frequente, condição necessária para a promoção de uma vida digna.

Os pilares desse programa são a recomposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2003, e a criação de um conjunto de políticas públicas voltadas ao combate à fome. Mais tarde, em 2006, essas medidas foram institucionalizadas por meio do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), em 2010 (Sambuichi *et al.*, 2019).

A facilidade no diálogo entre essa agenda com as demandas da agricultura familiar contribuiu para a adoção de uma definição mais ampla de segurança alimentar e nutricional, englobando a sustentabilidade do sistema agroalimentar e a transformação da matriz produtiva (Grisa *et al.*, 2011). Esse processo culminou na criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ainda em 2003, o qual inovou ao combinar os objetivos de promoção do desenvolvimento rural com o combate à insegurança alimentar e nutricional entre a população mais vulnerável (Grisa, Caldas, Avila, 2018).

O PAA permite a compra de alimentos diretamente de agricultores familiares e organizações sem que seja necessário licitação. Essa produção é destinada a instituições sociais (como hospitais e escolas), pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e à formação de estoques públicos de alimentos (Niederle *et al.*, 2019). Além dos avanços percebidos na segurança alimentar e

nutricional, principalmente de populações vulneráveis, as políticas públicas voltadas à erradicação da insegurança alimentar e nutricional impactaram na presença de novos atores no combate à fome e no arranjo político local - como mulheres, assentados, povos e comunidades tradicionais.

No que diz respeito à reorganização do espaço político, Schmitz, Mota e Sousa (2016) destacam que a melhora na autopercepção da mulher foi um passo importante para que elas adentrassem esse espaço. De acordo com os autores, o aumento da autoimagem feminina foi fortemente impactado pelo PAA. Isso porque, ao remunerar de forma justa a produção oriunda do cultivo feito pelas mulheres, o jogo de forças da divisão sexual do trabalho – e da renda – já não era mais tão representativo. A garantia de renda trouxe, somado à autovalorização das mulheres, benefícios mais práticos, como o aumento da disponibilidade de alimentos, a redução das jornadas de trabalho, uma maior capacidade de aquisição de bens de consumo, a valorização econômica do alimento, uma menor dependência de atravessadores e, como já dito, o incentivo à participação feminina no espaço político.

Em relatos feitos a Schmitz, Mota e Sousa (2016), agroextrativistas que vendiam sua produção ao PAA ressaltam o sentimento de terem sido tratadas pela primeira vez de forma justa. Destacam que, em relação às negociações anteriores ao programa, o acréscimo no preço pago à produção foi consideravelmente notado. Além dessas questões já apontadas, a inclusão no PAA abriu caminho para acessar outras políticas públicas, como o Bolsa Família e a comercialização da produção por intermédio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE, além de ser outro espaço para a venda da produção, passou a enfatizar o respeito à cultura alimentar local, o consumo de alimentos frescos; deu preferência para agricultores locais, assentados da Reforma Agrária, povos indígenas e comunidades quilombolas, produtores agroecológicos e organizados em cooperativas e associações (Grisa, Porto, 2023).

Depois que eu comecei a participar do PNAE e do PAA minha vida melhorou. Eu antes fazia meus bolos numa batedeira bem pequeninha. Hoje minha batedeira é industrial. Meu forno cabe mais de 20 bolos de uma só vez. Sem contar que eu reformei minha casa. Ajeitei minha cozinha, fiz um alpendre. Às vezes a gente até se reúne aqui mesmo. Claro que meu marido ajudou. Ele me ajuda inclusive a bater o bolo, a mexer o doce. Um dia antes de entregar os produtos a gente trabalha junto porque eu num posso pagar uma pessoa. Tem que ser ele mesmo (risos) (Nirinha, 35 anos, em entrevista a Mendes, Marinho e Paulino, 2019, p. 31).

O depoimento de Nirinha destaca o impacto dos programas de compras de alimentos nas capacidades de autopercepção e de organização das mulheres enquanto sujeitos ativos e de mudança, bem como no arranjo da estrutura familiar. Além dessas repercussões, Grisa, Schneider e Vasconcellos (2019) destacam outras, como a reorganização política local, a produção, a distribuição, o consumo e a educação alimentar, transbordando para questões mais amplas, como o cuidado com o meio ambiente, a saúde, o desenvolvimento regional e a segurança alimentar e nutricional.

Há que notar, ainda, o quanto a rearticulação das estruturas de poder está entrelaçada a transformações rumo a uma agricultura mais sustentável, ética, saudável e socialmente viável. O papel da sociedade civil e de novas convenções no trato da alimentação são considerados, por sua vez, particularmente críticos na presença e no desenvolvimento de novos atores (Rossi, Bui, Marsden, 2019). É importante perceber o quanto esse é um sistema que acaba por se retroalimentar: quanto mais espaço os novos atores conquistam, mais profundas são as mudanças em direção a uma agricultura pautada no local, tanto ambiental quanto culturalmente sustentável.

Nesse sentido, Sambuichi *et al.* (2019) acrescentam que os programas de compra institucional de alimentos contribuíram para o acesso à renda e à inserção da produção das mulheres no mercado, impactando na qualidade de vida como um todo das agricultoras. Além disso, os autores destacam como efeito positivo a dinamização da vida social nas comunidades rurais, principalmente por meio do aumento na quantidade de reuniões, da troca de informações, dos vínculos afetivos e dos sentimentos de cooperação mútuos. Envolve, também, a criação de movimentos, o que amplia a capacidade de articulação política.

Contudo, desde o final do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, foram sentidas algumas mudanças em escala global. Estas ficaram mais nítidas nos governos posteriores – de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Grisa e Porto (2023) enfatizam a queda no preço internacional das *commodities*, a redução de investimentos estrangeiros e das intervenções estatais, a adoção de políticas mais ortodoxas, a reorganização e o aumento da expressividade pública de setores notadamente conservadores – tanto na política quanto no judiciário, na mídia e na religião – e mesmo o impeachment ocorrido em 2016 como indicadores da mudança que impactou as políticas alimentares no Brasil.

Nesse cenário, é constatada uma alteração no foco do subsídio para a produção de alimentos. Programas como o PAA e o PNAE perderam espaço em detrimento do maior incentivo à produção em larga escala, da comida enquanto *commodity*. Não que o setor não fosse favorecido antes, mas

houve um tratamento prioritário destinado a atores e agendas vinculadas ao agronegócio (Grisa, Porto, 2023). Favareto (2022) ressalta que, ainda em 2012, a redução da pobreza, que vinha em um forte ritmo de queda, estabilizou-se e, em seguida, a quantidade de pessoas pobres passou a aumentar.

A isso, Favareto (2022) atribui como pontos centrais o fato de que se havia chegado no que é chamado de núcleo duro da pobreza, que é mais difícil de ser revertido, e também ao contexto de maior restrição fiscal, o que impactou nas políticas sociais do Governo Federal. Nos anos seguintes, a crise se acentuou. Em 2015, após um período de estagnação, o Brasil entrou em recessão (IBGE, 2023b). De acordo com Favareto (2022), nesse mesmo ano, 4,1 milhões de pessoas entraram ou retornaram à condição de pobreza.

Em meio a esse cenário de crise, também mudou a forma de produzir alimentos no país. O exemplo prático mais nítido da nova forma de lidar com a produção de alimentos está traduzido na reportagem de O Globo, de 20 de outubro de 2021. A manchete diz o seguinte: “Sem espaço, frigoríficos são autorizados a armazenar carne bovina que iria para a China em contêineres”². Lembrando que nesse mesmo período, no segundo semestre de 2021, açougues estavam vendendo ossos “de primeira” e “de segunda”.

Aliado a esse cenário de desmonte de políticas voltadas à compra pública de alimentos, a pandemia de Covid-19 também impactou a distribuição de bens alimentares no país. Schneider *et al.* (2020) destacam que, ao menos durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19, não foi registrada escassez de oferta de alimentos no Brasil. Observaram-se, isso sim, problemas de distribuição, escoamento da produção, logística e contaminações em unidades de processamento. Grisa e Porto (2023) enfatizam que a pandemia expôs uma série de adversidades na dinâmica da alimentação – desde o risco de desabastecimento alimentar até a maior vulnerabilidade no novo coronavírus devido às comorbidades derivadas da má alimentação, passando pelo aumento do desemprego e da pobreza.

Schneider *et al.* (2020) afirmam que, nesse contexto, parte dos agricultores sequer colheram sua safra por não ter para quem vender, haja vista que muitos compradores suspenderam as compras e determinados tipos de comércio – como feiras livres – foram proibidos. De forma preliminar,

² O armazenamento de carne bovina que seria exportada é destaque de reportagem do Jornal O Globo de outubro de 2021. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/sem-espaco-frigorificos-sao-autorizados-armazenar-carne-bovina-que-iria-para-china-em-containers-25244381>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

Preiss (2020) indica a possível queda de rendimentos dos trabalhadores, aliada ao aumento de preços e à inflação sobre os alimentos, como possíveis agravantes de um deterioramento nos índices de segurança alimentar entre a população brasileira - o que veio a se confirmar posteriormente.

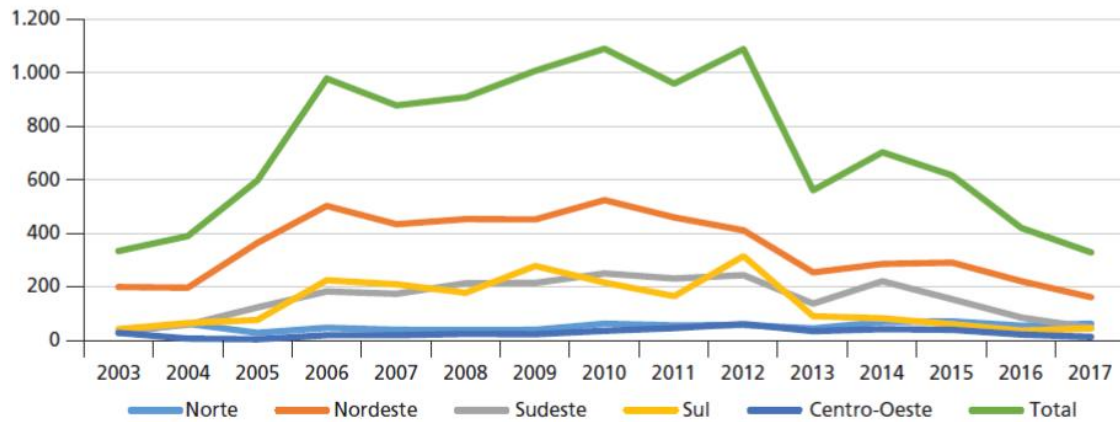
Grisa e Porto (2023) apontam que as ações de redução de danos sociais tomadas pelo Governo Federal foram consequência de uma forte pressão de organizações da sociedade civil e não da articulação política do Governo. Como exemplo, os autores citam o auxílio emergencial, alvo de discussões durante a criação e até na definição do valor a ser pago; a ampliação de recursos para o PAA e a distribuição emergencial de cestas de alimentos. Paralelo a isso, o desmonte de políticas públicas seguiu firme, seja por meio de desregulamentações ambientais e fundiárias, vetos a propostas de ações ou políticas públicas, ou por meio da negação de problemas sociais e ambientais – lembrando que o então presidente afirmou que no Brasil não se passa fome³.

Com a pandemia, logo no início... Assim, foi um grande impacto, né! A partir que as aulas foram interrompidas. E a partir daí... Nós tínhamos companheiras que forneciam alimentos para o PNAE. Foram totalmente suspensas. Então houve uma grande... Houve uma perda, né! Uma perda financeira muito grande e, depois que a pandemia diminuiu um pouco, tem a possibilidade de voltar pra feira, mas muitos não preferiram voltar. Só sei que de política pública mesmo, que é o PNAE, a gente não tem mais acesso desde março do ano passado. [...] Ou seja, além de toda a sobrecarga que as mulheres estão enfrentando nesse momento, também tem essa questão dessa perda desses recursos, que foi muito significativo, e uma total ineficiência do estado e do município de estar comprando esses produtos e destinando para as populações em vulnerabilidade (Roberta, de Pernambuco, em entrevista a Albuquerque, Lages, Assis, 2022, p. 225).

O depoimento de Roberta expõe o impacto do estrangulamento de políticas públicas sobre a renda das mulheres produtoras. Em uma sociedade capitalista, não há impacto na renda sem que isso reflita em outras áreas da vida e da formação social dos territórios. O incremento na renda das mulheres trouxe aumento na autopercepção delas, reformulou as estruturas de poder das famílias e das cidades, aumentou a sua participação no cenário político e reduziu a desigualdade da divisão sexual do trabalho. A comida voltou a ser *commodity* medida em termos de lucro gerado e não pelo potencial de alimentar a população. O Gráfico 1 indica o montante de recursos investidos pelo Governo Federal em compras do PAA, e mostra a ascensão e o desmonte desse programa.

³ [Reportagem do Jornal El Pais de julho de 2019 destaca que o então presidente Jair Bolsonaro afirma: “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. é um discurso populista”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html>. Acesso em: 28 fev. 2023.].

Gráfico 1 – Montante de recursos investidos pelo Governo Federal em compras do PAA, em todas as modalidades – Brasil e Grandes Regiões (2003-2018) – Em R\$ milhões

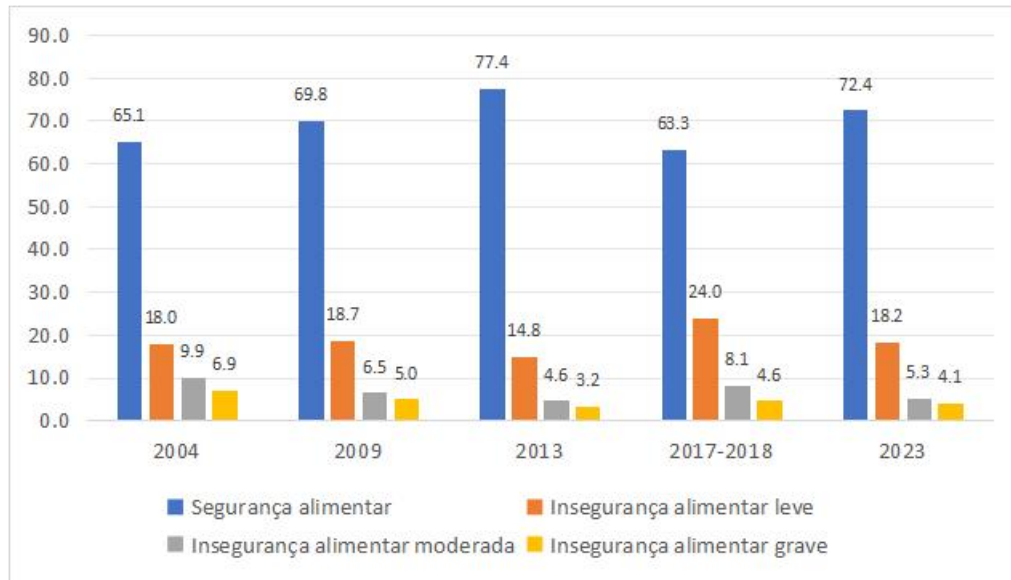


Fonte: Sambuichi *et al.* (2019) com dados da base de registros do MDS e do Conab.

Obs.: Valores corrigidos para dezembro de 2018 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O Gráfico 2 indica, contudo, que a redução dos índices de segurança alimentar são anteriores à pandemia de Covid-19, cujo impacto passou a ser sentido a partir de 2020. A análise histórica inicia em 2004, com o Programa Fome Zero já implementado. Há aumento nos domicílios em situação de segurança alimentar até 2013, o que coincide com as variações dos recursos investidos pela União em compras do PAA, como indica o Gráfico 1. De 2013 a 2017 houve uma forte queda no montante representado pelo Gráfico 1, o que indica uma correlação entre os mesmos.

Gráfico 2 – Discriminação dos níveis de segurança/insegurança alimentares - 2004/2013, Brasil



Fonte: Adaptado de Ferreira (2024).

Em 2023 houve uma retomada de políticas públicas voltadas ao combate à fome. O PAA foi retomado: o programa tinha previsão de R\$500 milhões no orçamento de 2023 destinados à compra de produtos oriundos da agricultura familiar. A verba inicialmente destinada ao Alimenta Brasil, como foi renomeado o PAA durante o governo Bolsonaro, era de R\$2,6 milhões para 2023. Contudo, em dezembro de 2023 o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome informou ter destinado mais de R\$1 bilhão de reais ao programa (MDA, 2023a; MDA 2023b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o esvaziamento de políticas públicas voltadas à compra institucional de alimentos, a renda das agricultoras diminuiu. Além disso, uma das consequências do desmonte das políticas públicas voltadas à promoção, ao fortalecimento e à continuidade dos mercados institucionais/ou às compras institucionais de alimentos foi o enxugamento político de grupos de mulheres enquanto atores sociais relevantes no desenvolvimento local.

Dessa forma, percebemos que a insegurança alimentar entre as mulheres, agricultoras, aumentou, o que indica que o crescimento dos índices de insegurança alimentar é resultado direto da reestruturação de políticas públicas direcionadas ao combate à fome.

A palavra de ordem, no que diz respeito a esse tópico, tem sido reconstrução. Contudo, não é aceitável que uma população em situação de insegurança alimentar severa ou limítrofe fique suscetível a mudanças de governo – com seus desmontes e reestruturações – em algo tão essencial que diz respeito à possibilidade de habitar o mundo. É necessário pensar e construir um caminho com mais segurança, com uma rede de políticas públicas de garantia à alimentação adequada e ao direito à vida mais consolidada. É urgente entender como construir essa trajetória.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. M. L.; LAGES, A. S.; ASSIS, W. F. T. Mulheres rurais em movimento: pandemia e resistência aquém e além do patriarcado. **Revista NERA**, Presidente Prudente v. 25, n. 63, p. 210-233, 2022. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8942/6775>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ANSCHAU, A. **Flores da terra: mulheres, poder e resistência no movimento agroecológico**. 2020. 138f. Dissertação. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO.

El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2022. Roma: FAO, 2022. 291p. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/cc0639es/online/sofi-2022/food-security-nutrition-indicators.html>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – FAO. **Suite of Food Security Indicators**. 2024. Disponível em: <<https://www.fao.org/faostat/en/#data/FS>>. Acesso em: 03 set. 2024.

FAVARETO, A. **A situação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no Brasil rural e interiorano e alguns caminhos para uma nova geração de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2022. 127p.

FERREIRA, I. Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. **Agência IBGE**. 25 abr. 2024. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>>. Acesso em: 03 set. 2024.

GALINDO, E. *et al.* Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for justice working paper series**, n. 4. Berlim: Food for Justice: power, politics, and food inequalities in a bioeconomy. Disponível em: <<https://refubium.fu-berlin.de/handle/fub188/29813.2>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; VASCONCELLOS, F. C. F. As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. *In*: PREISS, P.; SCHNEIDER, S.;

COELHO-DE-SOUZA, G. (Org.). **A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p. 69-90. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211291/001115755.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Políticas alimentares e referenciais setoriais na trajetória brasileira. **Revista de economia e sociologia rural**, Brasília, v. 61, n. 3, p. 1-20, 2023.

GRISA, C. *et al.* Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GRUPO CARTA DE BELÉM. **Territórios, resistências, direitos e bem viver**. [s.l.], [s.n.]. 2020. 91p.

GUEDES, I. Ossos 'de primeira' e 'de segunda' são vendidos em Fortaleza. **Folha de São Paulo**, 04 nov. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/ossos-de-primeira-e-de-segunda-sao-vendidos-em-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ECONOMIA APLICADA – IPEA. **Carta de conjuntura, n. 58**, – Nota de Conjuntura 5, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/01/230113_cc_58_nota_5_inflacao_agro.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2023.

JIMENEZ, C. Bolsonaro: “Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira, é um discurso populista”. **El País**, 19 jul. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MENDES, V. P. S.; MARINHO, H. EL; PAULINO, A. G. L. Inclusão produtiva, políticas públicas e empoderamento das mulheres agricultoras familiares de Paraipaba – CE. **Cadernos Cajuína**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 21-38, 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA. **MDA retoma reforma agrária e cria Programa de Quintais Produtivos para Mulheres Rurais**. 2023a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/mda-retoma-reforma-agraria-e-cria-programa-de-quintais-produtivos-para-mulheres-rurais>>. Acesso em: 03 set. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR – MDA. **Recursos para o PAA em 2023 ultrapassam R\$ 1 bilhão, o maior desde a criação do programa**. 2023b. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/recursos-para-o-paa-em-2023-ultrapassam-r-1-bilhao-o-maior-desde-a-criacao-do-programa>>. Acesso em: 03 set. 2024.

NIEDERLE, P. *et al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, 2019. Disponível em: <<https://agritrop.cirad.fr/590719/1/Politica%20de%20agroecologia%20Brasil%20Niederle,%20Sabourin%20et%20al%20REDES%202019.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OLIVEIRA, E. Sem espaço, frigoríficos são autorizados a armazenar carne bovina que iria para a China em contêineres. **Jornal O Globo**, 20 out. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/macroeconomia/sem-espaco-frigorificos-sao-autorizados-armazenar-carne-bovina-que-iria-para-china-em-containers-25244381>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

POMPEIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s.l.], v. 57, p. 175-198, jun. 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/77248/44099>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

PREISS, P. V. Challenges facing the COVID-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. **Agriculture and Human Values**, [s.l.], n. 37, p. 571–572, 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-020-10062-4>>. Acesso em: 07 fev. 2023.

QUIÑONES, L. COP-26 ressalta que mulheres suportam o peso da crise climática. **ONU News**, 09 nov. 2021. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/11/1769822>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA ALIMENTAR E SAN – REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil**. Suplemento I – Insegurança alimentar nos estados. 2022. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

ROSSI, A.; BUI, S.; MARSDEN, T. Redefining power relations in agrifood systems. **Journal of rural studies**, [s.l.], v. 68, p. 147-158, 2019. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743016718304273>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* **Programa de Aquisição de Alimentos e segurança alimentar: Modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar**, texto para discussão, n. 2482. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2019. 65p. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/211433>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SOUSA, G. M. O Fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. **Política e sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 80-103, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p80/33798>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SCHNEIDER, S. *et al.* Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 34, p. 167-188, 2020.

SHIVA, V. **Staying Alive: women, ecology and survival in India**. New Delhi: Kali for Women, 1988. 233 p.

SONNINO, R. Translating sustainable diets into practice: the potential of public food procurement. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 14-29, 2019.

SOUSA, L. R. M. *et al.* Changes in food security in Latin America from 2014 to 2017. **Food Security**, [s.l.], v. 11, p. 503-5013, 2019.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA: Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: Andréia Anschau: conceitualização, curadoria de dados, análise de dados, recebimento de financiamento, pesquisa, metodologia, disponibilização de ferramentas, redação do manuscrito original, redação - revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER: Doutoranda em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (PPGDSTU/NAEA/UFPA). Economista (UFSM).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.